Bondades contaminadas

» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Quando adotada, em 1995, no Distrito Federal, a ideia da Bolsa Escola teve a bondade de trazer para o Brasil o sentimento de que "lugar de criança é na escola". Passou-se a utilizar recursos públicos para remunerar as mães pobres, desde que os filhos frequentassem a escola no lugar de trabalhar.

O Auxílio Brasil perverteu a bondade ao destituir o programa de sua conotação educacional: exigência de frequência às aulas. Ao voltar a exigir a frequência às aulas e outras condições, a reforma feita pelo presidente Lula recupera parte da bondade, mas deveria ter colocado como condição a ida dos pais à escola dos filhos, ao menos uma vez por mês, e passado a chamar o programa de Bolsa Família-Educação ou Bolsa Educação da Família, além de levar sua gestão para o Ministério da Educação (MEC).

Professores e pais sabem que liberar os estudos dos filhos e alunos, dando-lhes notas gratuitamente, é uma bondade contaminada. Agrada, mas prejudica o futuro. O mesmo pode ocorrer com gestos de governantes que beneficiam eleitores no presente, sacrificando o conjunto da população no longo prazo.

O governo Lula tomou medidas para corrigir uma dessas bondades contaminadas criada pelo governo anterior, que protegia o consumidor do aumento no preço internacional do petróleo, com a suspensão da cobrança de impostos. Foi uma bondade para beneficiar os eleitores atuais, sacrificando o país no futuro, ao provocar graves desequilíbrios fiscais, consequente redução na qualidade dos serviços públicos, além de manter a preferência pelo uso de combustível fóssil, no lugar de marchar para a substituição por fontes alternativas de energia.

Por séculos, o Brasil utilizou o sistema fisiológico de indicação de servidores públicos escolhidos entre amigos e parentes dos governantes. Foram necessárias décadas de República para adotar a regra de concurso público na escolha dos melhores e não dos mais bem relacionados. Mas, ao negar educação de qualidade à quase totalidade dos brasileiros, o concurso público ficou contaminado pela exclusão dos milhões impedidos de disputar a seleção.

Para aqueles que se beneficiaram da boa educação, em geral porque tinham condições para pagar boas escolas, o Brasil avançou na bondade do interesse público, ao adotar o instituto da estabilidade funcional do aprovado no concurso: o dirigente não pode mais indicar aliados, nem demitir opositores. Mas, ao abolir sistemas de avaliação do servidor, essa bondade foi contaminada e deixa o público sujeito, algumas vezes, à ineficiência de servidores capazes de passar no concurso, mas sem motivação para exercer a função para a qual foram selecionados.

Sem a gratuidade, milhões de brasileiros ficariam sem condições de frequentar as escolas de base ou de serem atendidos pelo SUS. A gratuidade é uma ferramenta da justiça social. Mas, sem um programa de empoderamento dos usuários e consequente avaliação dos serviços, a gratuidade fica contaminada ao impedir que o público cobre na qualidade dos serviços que recebe.

A gratuidade do serviço público é uma bondade que foi contaminada. Ao sentir que recebe sem pagar, o usuário ignora que a gratuidade é paga por todos que pagam impostos. A concepção de que ninguém paga pelo que é gratuito corrompe o imaginário político do eleitor, que não sente o direito de exigir qualidade no atendimento dos serviços públicos. Aceitam-se escolas públicas paradas, enquanto as pagas não param, hospitais sem médicos, nem medicamentos, enquanto os privados atendem a quem paga.

O Brasil acertou ao usar a bondade dos subsídios industriais e adotar proteção alfandegária à indústria nacional nascente. Sem isso, nosso parque produtivo não deslancharia, impedido pela concorrência dos setores estrangeiros mais eficientes. Mas a manutenção do protecionismo e dos subsídios ao longo de décadas impediu a competitividade e a eficiência da indústria nacional. O que era para proteger no início da industrialização viciou setores no protecionismo, deixou a indústria sem condições de concorrer no mercadomundial e continua desequilibrando as finanças devido ao volume de subsídios permanentes.

A bondade da democracia é contaminada pelo imediatismo do eleitor e seu horror a sacrifícios, por isso, é difícil contar com vacinas contra a contaminação das bondades. O Brasil tem sido exemplo na adoção de bondades sociais, mas precisa corrigir os efeitos perversos que suas contaminações provocam.



Reforma fiscal: por uma política tributária que olhe para o futuro

» CHICO SANT'ANNA
Jornalista, é analista Legislativo do Senado Federal

A reforma fiscal que vem por aí deveria focar o preparo do país em face dos novos tempos. Mais do que a tão propalada simplificação dos tributos — como clamam os farialimers — ela deve priorizar temas como a preservação ambiental, o estímulo a novas fontes renováveis de combustível, mudanças de hábito dos consumidores, apoio à pesquisa e educação, entre tantos temas que estão na ordem do dia, além, é claro, de preservar a integridade de nossa República Federativa. Nossos entes federativos perdendo paulatinamente suas prerrogativas.

Mais e mais governadores e prefeitos são tolhidos pela chamada prerrogativa federal. Chegamos a um ponto em que uma cidade ou um estado não pode adotar regras que reduzam o consumo de sal ou de açúcar nos alimentos, mesmo sendo esse mesmo estado ou essa cidade o responsável em bancar os tratamentos de hipertensão ou diabetes. Mesmo que haja uma esquadra de iates ou esquadrilha de jatinhos particulares em seu território, nenhum governador pode taxar tais veículos com IPVA, pois é prerrogativa da União.

Esses são meros exemplos de como nossa política de impostos é socialmente injusta e não dá autonomia aos gestores públicos que estão na ponta. Até mesmo o ICMS sobre energia elétrica foi enquadrado nacionalmente. Nenhum estado pode, por exemplo, diferenciar a tributação da energia de acordo com a matriz energética, mesmo que algumas sejam mais poluentes do que as outras, como as emanadas de termoelétricas.

A nova política fiscal deve ser motivadora de mudanças de padrão de consumo e, principalmente, da natureza das embalagens. Apoiar a embalagem reutilizável e penalizar as descartáveis. Deve ainda incentivar a reciclagem. Não há sentido penalizar com impostos a venda de sucata. Metais, papel usado, plástico, ferro velho, garrafas vazias, cacos de vidro, borracha, tecidos, tudo deve ter uma carga zero de impostos, de forma a serem mais atrativos para as indústrias do que a matéria-prima originária.

A recente revisão dos impostos federais nos dá um pouco de alento. Nem tanto pela volta dos tributos, mas pela diferenciação a eles imposta. Etanol pagará menos do que a gasolina. Faz todo sentido. Primeiro, é menos poluente, contribui para a melhoria da qualidade do ar e, consequentemente, para a redução de problemas respiratórios na população.

Tradicionalmente, o etanol é produzido mais próximo dos consumidores. Isso fortalece a regionalização da economia, gera empregos de forma local. Grande parte do etanol consumido no DF, por exemplo, vem de Goiás. Assim, contribuímos para que haja mais oportunidades nos municípios circunvizinhos. E menos pressão social na capital federal. Os estados deveriam seguir esse exemplo e taxar menos o etano. No DF, os dois combustíveis têm a mesma carga de ICMS.

A tributação da exportação de petróleo também é uma sinalização interessante e deveria vir para ficar. Ser modelo a outros produtos. Não há justificativa em penalizar o contribuinte brasileiro, que paga uma carga fiscal cara na bomba de gasolina, e mandar petróleo desonerado para os Estados Unidos. De cada três litros que tiramos do subsolo, um vai para o exterior. Totalmente desonerado de impostos. Embora a exportação de petróleo renda anualmente cerca de R$ 52 bilhões, o Estado brasileiro pouco lucra com isso. Quem mais fatura são empresas multinacionais como a Shell, Total e Equinor, que aqui aportaram suas plataformas, contando, até, com isenções fiscais concedidas no governo tampão de Temer. Em 2017, logo após a queda de Dilma Rousseff, ele isentou até 2040 os impostos cobrados sobre bens, maquinários e implementos destinados à exploração, inclusive importações, o que prejudicou a indústria nacional.

Outro segmento que conta com tratamento privilegiado é o agronegócio. Enquanto os alimentos do brasileiro são taxados na mercearia, as exportações de grãos, normalmente usados na ração de rebanhos estrangeiros, são desoneradas. Não consideram, nem mesmo, que essas commodities demandam elevado consumo d'água e ampliam o desflorestamento do cerrado e da Amazônia.

Uma nova política fiscal deve assim apoiar uma agenda verde, focar as metas do Acordo de Paris, seja desonerando os ambientalmente corretos, seja penalizado os demais. Deve respeitar a autonomia de estados e municípios, deve dar o espaço para políticas fiscais regionalizadas, identificadas com as potencialidades e necessidades locais. A chamada unificação tributária só funciona em países não federativos, como França e Chile. Todas as repúblicas federativas traduzem em suas políticas fiscais a autonomia de seus entes. Não respeitar isso é legislar contra o Pacto Federativo, previsto na Constituição de 1988.

O ChatGPT me ajudou a escrever este artigo sobre o ChatGPT

» CRISTIANO CAPORICI
Jornalista, cientista da comunicação e diretor de Marketing da Tecnobank

"Como um modelo de linguagem avançado, o ChatGPT é uma tecnologia fascinante que tem o potencial de transformar a maneira como as pessoas interagem com a tecnologia", diz o ChatGPT sobre si mesmo. Em seguida, a ferramenta, que virou febre em praticamente todos os meios em que é possível falar sobre algum assunto atualmente, lembra que tem a capacidade de "compreender e produzir linguagem natural", o que permite que seja aplicada de diversas formas, "desde assistentes virtuais até chatbots de atendimento ao cliente". Não é mentira, mas também está longe de ser uma verdade absoluta.

O próprio ChatGPT sabe disso e, no segundo parágrafo de sua "autoanálise", faz questão de ressaltar que, como qualquer outra tecnologia, "tem suas limitações e deve ser usado com responsabilidade". Não é à toa, afinal, que a moda do momento é discutir quais as implicações de seu uso indiscriminado no meio acadêmico, médico, legal, da engenharia, enfim… cada área está olhando para si mesma e, em alguns casos, colocando em xeque a própria capacidade de lidar com a inteligência artificial.

Do ponto de vista da comunicação, não é de hoje que se escuta que a tecnologia vai substituir profissionais e extinguir funções que sempre foram desempenhadas por nós, mortais pensantes. De acordo com inúmeras previsões, a televisão substituiria os jornais impressos e, por sua vez, seria substituída pela internet. Por essa lógica, a esta altura da história, jornalistas já não deveriam ser necessários para absolutamente nada. E, no entanto, cá estamos, com jornais impressos ainda circulando, programas de televisão firmes o bastante para gerarem um mercado ilegal conhecido como gatonet, e jornalistas desempenhando seu papel fundamental para a democracia mundial.

Isso acontece porque não há, até aqui, nada capaz de emular com perfeição características puramente humanas, como a empatia, a criatividade (em muitos graus) e a capacidade de avaliar situações distintas sob variados aspectos. Não será diferente com o ChatGPT e outras ferramentas de inteligência artificial que aparecerem daqui em diante. Mas é preciso ter cuidado com a "urgência" em criar concorrentes para todas as novas plataformas.

O Google, há poucos dias, correu para lançar sua própria ferramenta de inteligência artificial, o Bard. Esse desespero por não perder o timing fez com que, logo no lançamento do recurso, uma resposta errada causasse a perda de mais de US$ 100 bilhões em valor de mercado da gigante da tecnologia.

As discussões são, claro, importantes para compreender cenários possíveis e antecipar os prós e contras de adotar esse tipo de ajuda, qualquer que seja o setor ao qual uma empresa pertença. "É importante lembrar que o ChatGPT é apenas tão bom quanto os dados com os quais é treinado. Se os dados forem tendenciosos ou limitados, ele pode reproduzir essas mesmas tendências ou limitações em sua linguagem", acrescenta, sobre si, o próprio ChatGPT. Problema parecido já aconteceu com o algoritmo do Twitter, por exemplo, há poucos anos. Sempre que uma imagem na vertical é postada naquela rede, ela é cortada de forma aparentemente aleatória para que apareça na timeline dos usuários no formato horizontal. Twitteiros por todo mundo começaram a notar, entretanto, que esse corte não era assim tão aleatório. Se havia uma pessoa branca e uma negra na imagem, por exemplo, a tendência do algoritmo era deixar apenas a branca em evidência. Tratava-se de um vício moral que, pasmem, estava instalado no algoritmo do Twitter devido à forma como esse algoritmo foi treinado.

Questões éticas como essa tendem a ser uma constante sempre que a tecnologia estiver envolvida em qualquer atividade humana. Afinal, embora hoje seja relativamente fácil fazer esse processamento de linguagem natural, por trás dos algoritmos sempre haverá ao menos um ser humano, com as próprias crenças, percepções e tendências pessoais. Mas isso o próprio ChatGPT é capaz de dizer melhor que eu mesmo. "O ChatGPT é uma tecnologia empolgante que tem o potencial de melhorar significativamente a maneira como as pessoas interagem com a tecnologia. No entanto, é importante usá-lo com responsabilidade e reconhecer suas limitações e considerações éticas. Se esses aspectos forem cuidadosamente considerados, o ChatGPT pode ser uma ferramenta poderosa para melhorar a vida das pessoas em todo o mundo." Quem somos nós para discordar?